

--- SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E CINCO. -----

--- Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO ATÉ OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL EUROS.-----

--- **Três**–VENDA DE CINCO LOTES DE TERRENO EM HASTA PÚBLICA, SITO NA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DE SÃO ROQUE NO CAMPO INFANTE DA CÂMARA, FREGUESIA DE MARVILA – APROVAÇÃO DE EDITAL E DAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES DE VENDA. -----

--- **Quatro**–EMPRESA ÁGUAS DO RIBATEJO – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DA LEZÍRIA DO TEJO, EIM – REFORMULAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS. -----

--- **Cinco**–PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A EMPRESA PELICANO – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS. -----

--- **Seis**–AUTORIZAÇÃO DE HIPOTECA DOS PRÉDIOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL, CUJA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO FOI REALIZADA COM O BANCO ESPÍRITO SANTO, NO ÂMBITO DO PER DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM. -----

--- **Sete**–VENDA DE TERRENO QUE ERA PERTENÇA DA AGROPERNES À EMPRESA ÁGUAS DE SÃO SILVESTRE. -----

--- **Oito**–RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM DE DOIS MIL E QUATRO. -----

--- **Nove**–RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DOIS MIL E QUATRO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- **Dez**–DESAFECTAÇÃO DE CENTO E CINQUENTA METROS QUADRADOS DE ÁREA DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, SITA EM PEROFILHO, NA FREGUESIA DA VÁRZEA. -----

--- **Onze**–SCALABISPORT – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ACTIVIDADES DESPORTIVAS, EM – PAGAMENTO DE SENHAS DE PRESENÇA AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.-----

--- **Doze**–CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE UMA SALA PARA O GINÁSIO DE MUSCULAÇÃO E CARDIO-FITNESS – NAVE DESPORTIVA MUNICIPAL.-----

--- **Treze**–PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Luís Alberto Ferreira Leitão, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, António Carvalho Carreira, António Maurício Morgado d’ Avó, Carla Andreia Costa dos Santos, Cláudio José Viveiros Sarmiento da Silva, Elmano de Almeida Matos, Eurico Mateus Guerra Saramago, Helder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo, Isabel Maria Constantino da Guia, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, João Luís Madeira Lopes, José António Pisco Borrego, José António Rajani Oliveira Dias, José Manuel Gaspar, Leonel de Matos Martinho de Rosário, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Manuel Albino da Conceição Rosa, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, Sónia Patrícia Alves Pires Vieira, Vicente Carlos Flor Batalha, Virgínia Maria Ramos Carrondo Mena Esteves e Vítor Manuel de Sousa Varajão.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Vieira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Mário José Rodrigues dos Santos, Adélia Maria dos Reis da Silva Veneno, Manuel João Narciso Bonifácio, José António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Ricardo Luís da Costa, Luís Maria Severino Arrais, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha. -----

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----

--- Ana Lúcia Moreira Machado Santos Virtudes, António Xavier Martins da Rocha Pinto, Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, Eva Sofia Ferreira Quaresma Costa, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Sebastião Morgado Ribeiro e Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro. -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os seguintes deputados municipais: -----

--- Carlos Manuel Luís Catalão, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, José Luís Marques Cabrita, Mónica Isabel Duarte Mendonça e Vasco Navarro da Graça Moura. ---

--- **Do Executivo Municipal**-----

--- Presenças: -----

--- Rui Pedro de Sousa Barreiro, José Joaquim Lima Monteiro Andrade, Manuel António dos Santos Afonso, Hélia Santos Duarte Félix, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, Pedro Nuno Pimenta Braz, Ramiro José Jerónimo de Matos e José Marcelino.-----

--- Ausências:-----

--- Maria Luísa Raimundo Mesquita. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Primeiro Secretário** declarou aberta a sessão, informando que o senhor Presidente da Assembleia chegaria um pouco mais tarde

em virtude de se encontrar fora de Santarém. -----

--- Seguidamente, convidou a senhora **Adélia Maria dos Reis da Silva Veneno** para ocupar o lugar de Segundo Secretário da Mesa, em substituição do senhor Francisco José Viegas Santos, ausente por motivos profissionais. -----

--- Depois, deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo, de imediato, a votação as **Actas** números **vinte/dois mil e quatro e vinte e um/dois mil e quatro**, tendo sido **aprovadas por unanimidade**. -----

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a intervenção da senhora **Rosalina Melro** agradecendo a todos aqueles que lhe manifestaram palavras de condolências e de solidariedade pelo falecimento do seu marido. -----

--- Teceu algumas considerações relativamente a uma carta do senhor Presidente da Câmara dirigida a todos os munícipes do concelho de Santarém, na qual pretende explicar o inexplicável pedindo desculpas pelos incómodos causados pelas obras do Largo Cândido dos Reis. -----

--- Lamentou, ainda, que a referida carta não mencione aquilo que todos gostariam de saber, nomeadamente os custos e o prazo de conclusão da citada obra. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, perguntando quais as medidas tomadas pelo Executivo Municipal com vista a minorar os efeitos causados pela seca, ao nível da poupança de água. -----

--- Perguntou também em matéria de Protecção Civil o que está a ser feito na vigilância e prevenção de incêndios nas freguesias com maior probabilidades de ocorrência de fogos florestais. -----

--- De seguida, o senhor **Manuel Rosa** proferiu a seguinte intervenção: -----

--- “Solicitou-me a Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Alcanede esclarecer esta Assembleia sobre o subsídio aprovado pela Exma. Câmara Municipal face às declarações efectuadas por alguns dos senhores vereadores. -----

--- A Direcção da Associação não pretende que esta seja mais beneficiada do que as

restantes corporações de voluntários do concelho pois só se limitou a solicitar à Câmara Municipal o subsídio para o pagamento do material de desencarceramento, suportando a direcção todo o custo inerente à transformação do veículo sendo o mesmo de vinte e oito mil euros.-----

--- Todo o investimento já efectuado por esta direcção na renovação do parque de viaturas foi integralmente suportado pela mesma com recurso também ao crédito bancário com aval pessoal dos seus directores. Não solicitaram qualquer apoio financeiro à Câmara Municipal por entenderem ser descabido de qualquer critério em virtude de serem essencialmente ambulâncias para transporte de doentes facturando as mesmas ao quilómetro, o mesmo já não passando com o veículo de desencarceramento pois todo o serviço por ele efectuado é integralmente suportado pela Associação.-----

--- Para complementar queremos aproveitar a ocasião para informar os Exmos. Senhores Deputados Municipais que esta Associação foi contemplada com um veiculo florestal de combate a incêndios que custa cento e dezasseis mil setecentos e cinquenta euros acrescido de IVA, sendo o subsidio do S.N.B. de oitenta e oito mil euros, o restante é integralmente suportado pela Associação, tendo para o efeito e em colaboração com o corpo de bombeiros agendado várias iniciativas para angariação de fundos, tais como um peditório porta a porta pelos lugares das freguesias de Alcanede, Gançaria, Abrã, Amiais de Baixo e Tremês.-----

--- Não solicitamos qualquer apoio à Câmara Municipal por acharmos abusivo, pois estava em curso a aprovação do subsídio anterior. Caso a recolha de fundos não seja suficiente, irá a direcção mais uma vez dar o seu aval pessoal.-----

--- Pensamos que com este esclarecimento as duvidas que existam se dissiparam, pois não estamos a ser mais beneficiados que as duas outras corporações de voluntários do concelho”.-----

--- Interveio, depois, o senhor **Vítor Varajão** expressando as mais profundas condolências à senhora deputada Rosalina Melro pelo falecimento do seu marido.-----

--- Desejou os maiores sucessos ao senhor Vereador Pedro Braz no desempenho das suas

novas funções ao serviço do Município de Santarém. -----

--- Referiu não acreditar que a Câmara ainda não tenha pago os subsídios às associações culturais do concelho, depois dos concertos havidos os quais certamente já foram liquidados.-----

--- Alertou para o lixo depositado, nas barreiras situadas na retaguarda da Nave Desportiva, pelos próprios Serviços de Limpeza do Município de Santarém.-----

--- Usou, a seguir, da palavra o senhor **Manuel Joaquim Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede, querendo saber qual o ponto de situação do concurso para fornecimento de massas betuminosas.-----

--- Solicitou esclarecimentos em relação às transferências de verbas para a freguesia de Alcanede no âmbito do programa “AGRIS”.-----

--- Interveio, depois, o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, desejando ao senhor Vereador Pedro Braz felicidades no desempenho das suas novas funções.-----

--- Enalteceu a postura do senhor Vereador Joaquim Neto ao nível do relacionamento com a Junta de Freguesia de S. Nicolau, nunca prometendo nada que não estivesse ao seu alcance.-----

--- Prosseguiu, lamentando que a Rua do Vale Beiçudo ainda não tivesse sido objecto de intervenção, e concluiu, questionando para quando está previsto o arranjo da Avenida António Maria Galhordas.-----

--- Foi dada a palavra, de seguida, ao senhor **Aires Lopes** que chamou a atenção para os problemas de segurança em Santarém, referindo que o Conselho Municipal de Segurança, contrariamente à afirmação do senhor Presidente da Câmara de que iria convocar o mesmo com celeridade, até à presente data ainda não reuniu.-----

--- Depois, o senhor **Vicente Batalha** proferiu a seguinte intervenção:-----

--- “Esta sessão da Assembleia Municipal decorre entre as Comemorações do “Vinte Cinco de Abril” Dia da Liberdade e as Celebrações do Primeiro de Maio, Dia do Trabalhador.-----

--- Trinta e um anos passados desde o alvorecer da Liberdade, desde que as tropas da Escola Prática de Cavalaria (EPC), comandadas pelo Capitão Salgueiro Maia, saíram de Santarém, para regressarem vitoriosas e vitorizadas pelo povo em festa, depois da missão cumprida: derrubar o regime ditatorial e abrir caminhos para restituir a dignidade ao Povo Português. Isso, que é muito e heróico, basta para colocar Santarém entre as Capitais de Abril, “das portas que Abril abriu”, nas palavras do poeta. -----

--- Quem não viveu a Festa da Liberdade nas ruas, mas apenas no coração cheio e no espírito livre, por estar a milhares de quilómetros de distância, nas chanas do Leste de Angola, em teatro de operações militares, dá outro sentido à Paz, que a Liberdade encerra e trouxe, porque nenhum Povo é livre quando oprime outros Povos. -----

--- Autarquias, Câmara e Juntas, colectividades e associações populares, envolveram-se e regressam à rua, para reviverem mais um aniversário de Abril Liberdade. Santarém reviveu na EPC, seu símbolo e monumento vivo, o espírito e a mensagem de Abril, sintetizada nos céleres três D's do Programa do MFA, Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. -----

--- Depois de Abril vem Maio e o grito de Zeca Afonso, Maio, maduro Maio. -----

--- Primeiro de Maio, Dia do Trabalhador. À memória acodem os acontecimentos de mil oitocentos e oitenta e seis, na cidade de Chicago (Estados Unidos da América), quando milhares de trabalhadores se juntaram na rua, para protestar contra as suas más condições de trabalho. Foram brutalmente reprimidos. Houve mortos e feridos. A História ficou marcada a sangue. -----

--- Hoje, em Portugal, com o desemprego como pano de fundo, a afligir quase meio milhão de portugueses, e o “Código do trabalho” a asfixiar trabalhadores e contratação colectiva, vai viver-se na rua mais um primeiro de Maio em luta, e, bom seria, com a força unida dos trabalhadores. -----

--- Festejamos Abril! Lutamos com Maio, pelos direitos dos trabalhadores e do Povo! Viva a Liberdade! Viva o vinte e cinco de Abril! Viva o primeiro de Maio!”. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de

Freguesia de Casével, congratulando-se com facto da Câmara ter corrigido a notícia vinda no Fórum Santarém sobre a construção dos noventa e cinco fogos para Habitação Social.-----

---Lamentou a ausência de actividades nas freguesias rurais, no âmbito das Festas do Concelho, assim como a falta de planeamento ao nível das comemorações do vinte e cinco de Abril de modo a abranger todo o concelho.-----

---Usou, depois, da palavra o senhor **Ricardo Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azóia de Baixo, solicitando esclarecimentos em relação à transferência de verbas para o arranjo dos cemitérios.-----

--- A seguir, interveio o senhor **João Madeira Lopes** afirmando, segundo informação do Executivo Municipal, não ter havido qualquer discriminação relativamente aos subsídios a atribuir aos Bombeiros Voluntários de Alcanede.-----

---Tomou, seguidamente, a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** referindo que não poderia deixar de realçar a presença do senhor Vereador Pedro Braz no Executivo Municipal.-----

---Destacou o esforço dos Serviços Camarários para manter a cidade limpa, lamentando a falta de cuidado de alguns comerciantes ao deitarem papéis e cartões para a rua.-----

---Questionou qual a situação do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico depois de ter sido abandonada a Candidatura de Santarém a Património Mundial.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Presidente da Câmara** considerando a carta que teve oportunidade de remeter aos munícipes do concelho, na sua opinião, é bastante esclarecedora relativamente às obras, acrescentando que as mesmas estão a decorrer a um ritmo mais lento devido a alguns trabalhos de arqueologia.-----

---No tocante às reservas de água referiu que a poupança deste bem precioso deve ser uma preocupação de todos, estando a ser tomadas medidas de modo a minimizar os problemas de falta de água em alguns locais do concelho.-----

---Relativamente ao pagamento dos subsídios às associações culturais, considerou não ser os concertos que irão causar problemas de ordem financeira às mesmas, salientando

que estas instituições foram devidamente informadas sobre as dificuldades financeiras da Autarquia. -----

--- Quanto aos problemas de segurança, informou estar prevista uma reunião do respectivo Conselho Municipal para meados do mês de Junho, depois de realizados alguns contactos com diversas entidades para abordar algumas questões prévias sobre este assunto. -----

--- No que concerne às comemorações do vinte e cinco de Abril, considerou que quer a Câmara, quer as Comissões Populares, realizaram um excelente trabalho no âmbito das comemorações da revolução e do primeiro de Maio. -----

--- Em relação às Festas do Concelho, lembrou que a Câmara Municipal tem vindo a descentralizar este tipo de festejos, os quais anteriormente apenas tinham lugar na cidade de Santarém. -----

--- Lembrou ainda que a freguesia de S. Nicolau tem sido objecto de significativos investimentos, ao longo deste mandato, por parte da Autarquia, nomeadamente ao nível de instalações escolares. -----

--- Esclareceu que tem havido transferência de verbas para o arranjo dos cemitérios desde que as Juntas informem a Câmara da realização dessas obras. -----

--- Quanto ao Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, afirmou ter ficado acordado, junto da Administração Central, transformar o mesmo num conjunto de planos mais pequenos para que possam ser mais facilmente governados, adiantando existirem alguns desses projectos já em fase de execução. -----

--- Solicitaram novamente a palavra os senhores **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, **Manuel Joaquim Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede, e **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, colocando algumas questões relacionadas com as suas anteriores intervenções. -----

--- De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** retomou a palavra esclarecendo estarem a decorrer algumas acções de sensibilização junto das Escolas do Primeiro e Segundo

Ciclos, com vista a reduzir o consumo de água. -----

--- Quanto aos incêndios, referiu que irá ter lugar, no início do próximo mês de Maio, a primeira reunião da Comissão Municipal de Fogos Florestais de forma a debater e a encontrar soluções neste domínio. -----

--- Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

--- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, referindo-se a algumas questões pouco explícitas, na presente Informação Escrita, relacionadas com apoios prestados pela autarquia, e concluiu, perguntando qual o custo do concertos dos "Xutos e Pontapés". -----

--- Seguidamente, o senhor **Vicente Batalha** proferiu a seguinte intervenção: -----

--- “Algumas notas e algumas questões sobre o presente Relatório. -----

--- Para além de incorrecções várias, duplicações e omissões, quero sublinhar que em seis se refere o Livro – Monografia Santarém capital do Gótico, que a páginas cento e vinte seis/Freguesia de Pernes e se afirma incorrectamente que o Moinho Manuelino “Desde mil novecentos e noventa e seis, é uma pertença da Santa Casa da Misericórdia de Santarém”, quando a propriedade é da Santa Casa da Misericórdia de Pernes/Fundação Comendador José Gonçalves Pereira. -----

--- Por falar em omissões, desconheço porque não constam os indicadores do CIAC e as actividades da Biblioteca Municipal Braamcamp Freire, e da Sala de Leitura Bernardo Santareno. A talhe de foice, uma nota para sugerir ao novo Vereador da Cultura, Pedro Braz, que saúdo com grande expectativa e a quem desejo os melhores êxitos no desempenho das suas complexas funções, para bem do concelho, que aproveite ainda este ano em que passa vinte e cinco anos sobre a morte de Bernardo Santareno, um cidadão

de Abril (faleceu a trinta e um de Agosto de mil novecentos e oitenta), para homenagear o seu nome e divulgar a sua obra, em parceria com os agentes culturais. -----

--- Santareno é um dos mais criativos dramaturgos portugueses, seguramente, o mais destacado, representado e traduzido do século vinte português. Uma cidade que, na área teatral, tem como filhos ilustres, Bernardo Santareno (até temos felizmente uma Companhia profissional com o seu nome), Mário Viegas e Alda Rodrigues, e a presença tutelar e o significado do nome de Almeida Garrett, é uma cidade que se pode orgulhar, porque como disse Frederico Garcia Lorca “Povo que não tem Teatro se não está morto, está pelo menos moribundo”. Lembro que, no mandato anterior, a título póstumo, foi preenchida uma lacuna, e atribuída a Bernardo Santareno, a Medalha de Ouro da Cidade. Os vinte cinco anos da sua morte é outra oportunidade para falar da obra do grande dramaturgo, e estou-me a recordar, por exemplo, de uma das suas obras de mil novecentos e sessenta e um, a peça “O Duelo”, que fala das gentes da lezíria, da cidade e da lenda do Santíssimo Milagre de Santarém, que tanto se quer promover, no âmbito do turismo religioso. Aqui fica a sugestão.-----

--- No que se refere ao departamento de Gestão Urbanística, na página trinta e cinco, diz-se “Mouchão Parque, Pernes – projecto de valorização e requalificação”, por concluir. Senhor Presidente, o Mouchão Parque e as Quedas de Água do Alviela deviam ser um cartaz turístico por excelência, a menina dos Olhos de Santarém, e não podem nem devem continuar no estado caótico de abandono e degradação em que se encontram, para a minha vergonha, e creio para vergonha de todos nós. Por isso lhe peço que tenha em atenção este processo e diligencie para a sua conclusão e concretização.-----

--- Em relação ao projecto “HABIBAIRRO”, paginas quarenta e três, pergunto qual o ponto da situação de tudo isso, e quando se prevê a sua conclusão, e a entrega das casas às pessoas que delas necessitam em absoluto. Isso é o que interessa. -----

--- Continuando, a paginas oitenta e cinco/oitenta e seis, Gabinete de Desenvolvimento Económico, a Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes (ZDE) continua completamente omissa, só que essa omissão assume significado muito relevante.

Continua o silêncio, continuam as ausências de respostas. É que a ZDE de Pernes não existe mesmo, nem nas prioridades, nem nas intenções da Câmara. Uma desilusão, depois das afirmações e do ímpeto dos primórdios do mandato, e que merece da minha parte, e mais uma vez, o mais veemente protesto. -----

---Quero perguntar ao senhor Presidente da Câmara se confirma o compromisso da construção do pavilhão desportivo da escola EB dois/três D. Manuel I de Pernes, à semelhança de processos similares que se desenvolveram nas escolas da cidade de Santarém. A Escola de Pernes funciona há vinte e cinco anos sem pavilhão. -----

---Por último, depois de analisar os relatórios, e temos vários nesta sessão, quero dar duas palavras aos funcionários da Autarquia: uma de apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, outra, de estímulo, para que continuem na senda do serviço. Sei, que tal como os funcionários públicos, os funcionários municipais, e nestes englobo os do Serviços Municipalizados, são tantas vezes alvos de injustiças e campanhas de menorização, é o caminho mais fácil. -----

---Deles, a imagem que se quer passar é a de que não fazem nada, ou melhor, fazem cera. Se a alguns assenta como uma luva esta imagem, felizmente, a maioria trabalha, esforça-se, serve e vive os problemas do município. Tantas vezes no seu dia a dia com grandes limitações e dificuldades. Esses, que saúdo, não podem pagar pelos que pouco fazem, e são, estou convicto, uma minoria e a excepção que confirma a regra. -----

---Tenho dito.”. -----

---Usou, depois, da palavra o senhor **António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, agradecendo a verba disponibilizada pela Câmara a qual permitiu o arranjo do jardim recentemente inaugurado em Alcanhões.-----

---Lamentou a ausência de qualquer referência à Junta de Freguesia de Alcanhões, no Fórum Santarém, em relação ao arranjo do Largo Gláuco Oliveira, apenas vindo mencionada Câmara quando esta é uma obra desta Junta de Freguesia.-----

---Perguntou se existe algum plano financeiro relativamente aos pagamentos a efectuar às Juntas de Freguesia. -----

--- Quis saber qual o ponto da situação quer do processo de concurso relativo à construção da variante à estrada nacional trezentos e sessenta e cinco quer da revisão do PDM tendo em conta a alteração do traçado da Linha do Norte.-----

--- Tomou a palavra, seguidamente, o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, congratulando-se com a descentralização das Festas da Cidade na Ribeira de Santarém, assim como com a presença do senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal na sessão extraordinária da respectiva Assembleia de Freguesia.-----

--- Questionou para quando está prevista a construção dos gavetões no Cemitério da Ribeira de Santarém.-----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o processo da variante trezentos e sessenta e cinco, bem como em relação ao projecto Al-Margem.-----

--- Perguntou qual o edifício adquirido pela Câmara, sito na Estrada da Estação, assim como se a proposta relativa à rede escolar para dois mil e cinco/dois mil e seis já foi concluída.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Presidente da Câmara** referindo que a Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes tal como foi pensada tem um viabilidade temporal muito diminuta não reunindo condições para os empresários ali se fixarem, considerando ser fundamental para o desenvolvimento daquela Zona uma nova saída da Auto-Estrada número um junto da área de serviço de Santarém.-----

--- Lamentou a ausência de infra-estruturas para a prática de desporto em algumas escolas do concelho, destacando ser intenção da Câmara dotar as mesmas com esse tipo de equipamento desportivo.-----

--- Quanto ao Largo Gláuco de Oliveira, referiu tratar-se de um lapso que necessita de ser corrigido dado a obra ser, efectivamente, da responsabilidade da Junta de Freguesia de Alcanhões.-----

--- Em relação às transferências financeiras para as freguesias, disse haver um plano para o efeito, assim sejam cumpridos os pressupostos por parte da Administração Central para

que as mesmas possam ser levadas a cabo. -----

--- Relativamente à variante à estrada nacional trezentos e sessenta e cinco, referiu que o processo está a decorrer dentro da normalidade havendo a necessidade de efectuar algumas expropriações. -----

--- No tocante à Linha do Norte informou estar a aguardar notícias, por parte da REFER, relativamente à alteração do respectivo traçado. -----

--- Adiantou em relação ao projecto Al-Margem poder lançar a segunda fase do mesmo durante o próximo mês de Maio. -----

--- Depois, retomaram da palavra os senhores **Vicente Batalha e Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, solicitando breves esclarecimentos. -----

--- A seguir, o senhor **Presidente da Câmara** interveio acrescentando, em relação à Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes, estar prevista uma reunião com o Nersant para analisar esta questão. -----

--- Referiu quanto à nova saída da Auto-Estrada que, segundo troca de impressões, quer com o Instituto de Estradas de Portugal, quer com a Brisa, a melhor localização para a referida saída será entre Pernes e a Torre do Bispo. -----

--- **PONTO DOIS – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO ATÉ OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL EUROS.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de onze de Abril de dois mil e cinco, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação e votação da **Contratação de Empréstimo até oitocentos e quarenta e quatro mil euros**, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Contratação de Empréstimo até oitocentos e quarenta e quatro**

mil euros, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- PONTO TRÊS – VENDA DE CINCO LOTES EM HASTA PÚBLICA, SITOS NA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DE S. ROQUE NO CAMPO INFANTE DA CÂMARA, FREGUESIA DE MARVILA – APROVAÇÃO DO PROJECTO DE EDITAL E DAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES DE VENDA. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Abril de dois mil e cinco, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da **Proposta de Projecto de Edital e das respectivas Condições de Venda, em Hasta Pública, de cinco lotes de terreno, sitos na urbanização da Quinta de S. Roque – Campo Infante da Câmara, na freguesia de Marvila, com a alteração sugerida pelo executivo camarário, no sentido dos lanços na licitação serem no valor de dois mil e quinhentos euros**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Venda de cinco lotes em hasta pública, sitos na urbanização da Quinta de S. Roque no Campo Infante da Câmara, Freguesia de Marvila – aprovação do projecto de edital e das respectivas condições de venda**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- PONTO QUATRO – EMPRESA “ÁGUAS DO RIBATEJO” – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DA LEZÍRIA DO TEJO, EIM

– REFORMULAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Abril de dois mil e cinco, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da proposta de “Reformulação do Plano de Investimentos da Empresa Águas do Ribatejo – Abastecimento de Água e Saneamento da Lezíria do Tejo EIM”, nos termos da alínea a), do número seis, do artigo sessenta e quatro, conjugado com a alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **Eurico Saramago** chamando a atenção para o facto das alterações ao Protocolo, propostas pelo PSD, ainda não terem sido introduzidas no mesmo pela CULT. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **João Luís Madeira Lopes** clarificando que a CDU irá abster-se na votação desta proposta. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Empresa “Águas do Ribatejo” – Abastecimento de Água e Saneamento da Lezíria do Tejo, EIM – Reformulação do Plano de Investimentos**, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com dezanove votos a favor, zero votos contra e dezoito abstenções.-----

--- PONTO CINCO – PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A EMPRESA PELICANO – INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de sete de Março de dois mil e cinco, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação e votação da proposta de **Protocolo a celebrar entre o Município de Santarém e a Empresa Pelicano - Investimento**

Imobiliário, S.A., nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.

--- Interveio o senhor **Vítor Varajão** questionando se a falta de equipamentos desportivos mencionados na alínea h) deste Protocolo também são da responsabilidade do anterior Governo.

--- Depois, usou da palavra o senhor **Luís Batista**, Presidente da Junta de Freguesia de Romeira, considerando que o presente Protocolo permitirá resolver o problema do terreno sito na Quinta do Gualdim, em virtude de se estar perante um projecto turístico de grande crescimento em Portugal.

--- A seguir, tomou a palavra o senhor **João Madeira Lopes** manifestando a sua esperança no sentido do concelho vir a ser dotado de estádio condigno para Santarém.

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Luís Almeida** congratulando-se com a construção deste equipamento desportivo o qual irá ser, na sua opinião, de grande utilidade para a população do concelho de Santarém.

--- Seguidamente, no uso da palavra, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o Protocolo em apreço resultou do forte empenhamento de todo o Executivo Municipal neste processo.

--- Destacou que os últimos anos de governação do PSD contribuíram também de forma significativa para a actual situação, uma vez que o Município não recebeu da parte da Administração Central qualquer importância para infra-estruturas desportivas no concelho de Santarém.

--- Após o debate, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Protocolo a celebrar entre o Município de Santarém e a Empresa Pelicano - Investimento Imobiliário, S.A.**, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

--- **PONTO SEIS – AUTORIZAÇÃO DE HIPOTECA DOS PRÉDIOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL, CUJA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO FOI REALIZADA COM O BES, NO ÂMBITO DO PER DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de quatro de Abril de dois mil e cinco, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da proposta de **Autorização de Hipoteca dos prédios registados na Conservatória do Registo Predial de Santarém sob as seguintes descrições:** número cento e vinte e quatro, da freguesia de Amiais de Baixo; número setecentos e sessenta e oito, da freguesia de Casével; número duzentos e noventa e um, da freguesia de S. Vicente do Paul; número seiscentos e um, da freguesia da Romeira; números cento e setenta e seis, cento e setenta e sete, cento e setenta e oito, cento e setenta e nove, cento e oitenta e cento e oitenta e um, da freguesia de Vaqueiros; número cinquenta e cinco mil oitocentos e três, da freguesia de Salvador; nos termos das alíneas i) e d), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Autorização de Hipoteca dos Prédios Destinados à Construção de Habitação Social, cuja contratação de empréstimo foi realizada com o BES, no âmbito do PER do Município de Santarém**, nos termos das alínea d) e i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

--- **PONTO SETE – VENDA DE TERRENO QUE ERA PERTENÇA DA AGROPERNES À EMPRESA ÁGUAS DE SÃO SILVESTRE.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e

cinco, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da Proposta de **Venda de terreno que era pertença da Agropernes à Empresa Águas de São Silvestre**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Usou da Palavra o senhor **Vicente Batalha** referindo que não pode deixar de sublinhar a persistência da Junta de Freguesia de Pernes na pessoa do senhor Presidente José Viegas. -----

--- Considerou estarem criadas condições para o desenvolvimento comercial da empresa em causa, esperando que as mais-valias fiquem em Pernes. -----

--- Depois, interveio o senhor **Eurico Saramago** manifestando o seu contentamento pela resolução deste assunto, perguntando, todavia, se a venda do respectivo terreno não terá de ser objecto de hasta-pública. -----

--- De seguida, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** prestando breves esclarecimentos, salientando haver situações de excepção relativamente à hasta-pública, como é o caso em apreço. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Venda de terreno que era pertença da Agropernes à Empresa Águas de São Silvestre**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO OITO – RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM DE DOIS MIL E QUATRO.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de onze de Abril de dois mil e cinco, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação e votação do **Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém**, nos termos da alínea c), do número dois, do

artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém de dois mil e quatro**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO NOVE – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DOIS MIL E QUATRO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de onze de Abril de dois mil e cinco, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação e votação do **Relatório de Gestão e Prestação de Contas de dois mil e quatro, da Câmara Municipal de Santarém**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, que salientou não entender qual a lógica no tocante às transferências de verbas para o pagamento das obras realizadas pelas respectivas Juntas de Freguesia no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências. -----

--- Solicitou esclarecimentos relativamente a algumas dívidas a fornecedores mencionadas no relatório em discussão. -----

--- Destacou que os documentos apresentados, no seu entender, estão bem elaborados tecnicamente, no entanto, do ponto de vista político não são mercedores do seu voto favorável. -----

--- Depois, interveio o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S.

Nicolau, referindo que nos últimos três anos se tem verificado um aumento impetuoso das dívidas a curto prazo. -----

--- Lamentou que o Executivo apenas tenha conseguido executar cerca de quarenta e cinco por cento do Plano Plurianual de Investimentos. -----

--- Destacou no tocante às despesas correntes que apenas foram pagas cinquenta e quatro por cento do total da despesa efectuada, criticando ter-se gasto mais em publicidade do que no apoio ao associativismo.-----

--- Sublinhou a sua preocupação relativamente ao montante da dívida a fornecedores, a qual ascende a vinte e quatro milhões de euros, o que significa um aumento de cinquenta e cinco milhões de contos em relação ao ano de dois mil e um. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **João Madeira Lopes** salientando que a execução orçamental, quer das despesas correntes, quer das despesas de capital, ficaram abaixo dos sessenta por cento. -----

--- Referiu ainda o aumento significativo das despesas com publicidade e horas extraordinárias, salientando haver um acréscimo de dez milhões de euros nas dívidas a terceiros e à banca. -----

--- Concluiu, realçando que a fraca execução orçamental e o aumento desmedido da dívida, nos últimos dois anos, não deixam outra alternativa à CDU que não seja votar contra o presente Relatório Prestação de contas da Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, que começou por destacar um conjunto de obras que ficaram por executar na sua freguesia, designadamente o projecto de arranjo urbanístico, o núcleo museológico, a ponte do Moseiro e o arranjo da estrada da Serrada no âmbito do programa Agris. -----

--- Salientou que a rede de abastecimento de água está obsoleta, assim como os arruamentos dentro de Vaqueiros se encontram bastante degradados.-----

--- Prosseguiu, falando da falta de verbas para o alargamento do cemitério, bem como para a necessidade de serem concluídos os arranjos exteriores das habitações sociais. ----

--- Solicitou o apoio da Câmara para que o ATL possa continuar nos próximos anos lectivos, e concluiu, afirmando que espera ver aprovada a construção do polidesportivo de Vaqueiros, pela Direcção Geral das Autarquias Locais. -----

--- Depois, o senhor **Vítor Varajão** proferiu a seguinte intervenção: -----

--- “Antes de qualquer discussão política sobre os documentos apresentados cumpre fazer uma nota prévia. O PSD tem criticado sucessivamente quer os orçamentos quer as contas de gerência de forma coerente e responsável. Neste sentido, impõe-se quanto a estas contas do exercício de dois mil e quatro uma referência muito particular aos funcionários da Autarquia. De facto, ao longo da análise destes documentos, mapas e anexos torna-se notório o seu empenho e esse facto deve ser valorizado, atendendo ao elevado mérito técnico que se espelha nos documentos.-----

--- Entrando no plano político é grande a nossa perplexidade: Não nos cansamos de frisar que no início do seu mandato afirmou o senhor Presidente da Autarquia que se a Câmara fosse uma empresa estaria tecnicamente falida, tendo criticado a anterior gestão socialista face às dívidas da Câmara. Então, se estaria falida nessa altura, é caso para perguntar como estará este ano? Como justifica uma gestão que aumenta ano após ano as dívidas, quando se executa apenas quarenta e cinco por cento do Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e quatro? Gostaríamos também quanto a este ponto ter a opinião do actual Presidente da Assembleia Municipal, que na altura foi tão criticado enquanto Presidente de Câmara cessante.-----

--- Entenderíamos as dívidas se existisse um investimento compatível e proporcional na qualidade de vida dos nossos cidadãos. Mas temos uma autarquia que cada vez gasta mais, se endivida mais, que não faz o menor esforço para controlar e diminuir a dívida, como acto de boa gestão. Deveria sim apostar não no aumento da dívida mas sim no aumento do desenvolvimento do concelho. Assim, somos confrontados com uma realidade inaceitável, com uma gestão com a qual não podemos concordar. -----

--- Ao lermos as primeiras páginas do relatório de gestão do exercício de dois mil e quatro, até parecia que não estávamos a ler algo relacionado com a Câmara de Santarém,

ou que realmente algo havia mudado... mas a esperança desvanece-se decorridas poucas páginas e através de uma leitura atenta.-----

--- Quando se diz que as despesas correntes ficaram aquém do orçamentado, deveria ter sido dito sim que os pagamentos que a Câmara efectuou ficaram aquém do orçamentado, mas essa é uma realidade que infelizmente todos nós já conhecemos. -----

--- E neste ponto este relatório que espelha a gestão do Partido Socialista no seu melhor merece uma critica muita séria. É com grande desagrado que assistimos a que a Câmara se financie à custa de pequenas empresas do concelho, pondo em risco postos de trabalho e a própria viabilidade dessas empresas para as quais as dívidas da Câmara pesam em muito nas suas contas e comprometem o futuro.-----

--- A Câmara, que deveria ser uma pessoa de bem, está sim a tornar-se, ao longo dos últimos anos numa entidade que não é digna de crédito, que não honra os seus compromissos.-----

--- Também quanto às freguesias do concelho existe um claro desrespeito por parte da Autarquia. Pelo menos quanto a algumas delas. Com estas contas, custa-nos conceber como poderá qualquer Presidente de Junta, votar favoravelmente estes documentos, em defesa dos interesses das suas freguesias, que no seu todo representam o concelho.-----

--- Para além de uma dívida total às freguesias de cerca de meio milhão de contos, no mapa de execução do PPI vemos que as transferências para pagamento de projectos de muitas freguesias têm execuções abaixo dos quatro por cento (existindo até algumas com zero por cento – como a Abrã), existindo um enorme número de projectos, que apesar de previstos não obtiveram qualquer execução. O tempo dá-nos razão quando não acreditamos no Orçamento e PPI apresentados no final de dois mil e três e votámos contra.-----

--- Ao invés, constatamos que os compromissos assumidos com a aquisição de bens e serviços foram vinte e dois vírgula seis por cento superiores ao valor orçamentado inicialmente (previsão de nove milhões oitocentos e quarenta e cinco mil quinhentos e quatro euros. Assumiu-se o compromisso de doze milhões setenta e três mil quatrocentos

e noventa e quatro euros, e pagou-se apenas seis milhões seiscentos e dez mil setecentos e oitenta e cinco euros), ou seja, foi pago apenas cinquenta e quatro por cento dos compromissos assumidos nesta rubrica de aquisição de bens e serviços. -----

--- Se quando na apresentação do orçamento para dois mil e quatro criticámos os valores exagerados de algumas despesas como publicidade e horas extraordinárias, que reputamos de não essenciais, o que dizer agora, quando verificamos que os compromissos assumidos com publicidade foram superiores em quarenta por cento ao valor inicialmente orçamentado. Previu o Executivo Socialista gastar em publicidade durante o ano de dois mil e quatro, quatrocentos e vinte mil trezentos e trinta e oito euros.

--- O Partido Socialista continua no seu melhor, empregando os recursos da Câmara em despesas supérfluas, não investido onde deveria investir para a melhoria das condições de vida dos nossos munícipes. -----

--- Em vez de dar resposta às carências ao nível do saneamento básico, das acessibilidades, da acção social, dos espaços verdes, o Partido Socialista gasta o dinheiro em cartazes e panfletos, em que plasma a celebre frase “Sabemos Pensar, sabemos fazer”.... Mas nada é feito. Chegamos à conclusão que o pensamento é mero pretensiosismo e os cartazes não são mais do que o emprego do dinheiro dos munícipes ao serviço de propaganda política do partido do poder.-----

--- Outro facto digno de nota prende-se com as facturas em recepção/conferência que tecnicamente são facturas que ainda não deram entrada na Câmara ou que ainda não foram conferidas, e que muitas delas consubstanciam dívida ilegal, porque desprovida dos legais procedimentos. Estas facturas assumem actualmente o montante de sete milhões e oitocentos e noventa e três mil, novecentos e noventa e dois euros e por diversas vezes já os Vereadores do PSD e os Deputados Municipais do mesmo partido requereram a clarificação desta situação sem qualquer resposta.-----

--- Tratando-se esta prestação de contas a última apresentada pelo Partido Socialista, importa também fazer uma análise da evolução da dívida desde o início do mandato.-----

--- Em Janeiro de dois mil e dois as dívidas de curto prazo contabilizadas pela Câmara

eram de quinze milhões setecentos e setenta mil quatrocentos e dezasseis euros agora são de vinte e quatro milhões quinhentos e onze mil e duzentos e oito euros. As dívidas totais da Câmara contabilizadas eram em Janeiro de dois mil e dois de trinta e três milhões quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e um euros, agora são de quarenta e cinco milhões e novecentos e cinco mil setecentos e trinta e nove euros.-----

--- Chega-se pois a que as dívidas de curto prazo nos últimos três anos aumentaram cinquenta e cinco por cento e as dívidas totais cresceram trinta e sete por cento.-----

--- Realçamos até, que a actual gestão socialista reconhece no relatório de gestão apresentado, que nos últimos anos se assistiu a um “aumento impetuoso” das dívidas de curto prazo.-----

--- Minhas Senhoras e Meus Senhores, a culpa neste caso não morrerá solteira. A culpa desta dramática situação é única e exclusivamente do Partido Socialista. O Partido Social Democrata tem vindo, ao longo de todo o mandato, a alertar para esta situação!-----

--- É perfeitamente inconcebível que no exercício de dois mil e quatro apenas dezanove por cento dos pagamentos tenham incidido sobre dívidas de anos anteriores. Esta situação leva inevitavelmente a que os encargos financeiros cresçam desmesuradamente. E efectivamente cresceram de dois mil e dois para dois mil e quatro, cerca de quarenta e três por cento.-----

--- Um espectador atento poderá, ao conhecer estes números, questionar se estes factos se ficam a dever a quebra nas receitas, pois seria a única explicação possível. Mas não. A justificação é mesmo incompetência na gestão da Autarquia, pois as receitas aumentaram a um ritmo bastante acentuado. Só neste ano de dois mil e quatro, os impostos directos aumentaram dezanove vírgula sete por cento, os indirectos aumentaram vinte e dois vírgula dois por cento e as taxas cento e nove por cento e a receita corrente global aumentou nove vírgula dois por cento. Desde o início do mandato as receitas correntes aumentaram trinta e um vírgula sete por cento.-----

--- Afinal a culpa parece não ser do Governo como tanto apregoou o senhor Presidente da Câmara de Santarém, procurando justificar o injustificável, querendo novamente

desmarcar-se da dita, da tal que muitas vezes morre solteira, mas não certamente em Santarém!!!-----

---De salientar também que quando o Executivo do partido único apresentou um orçamento que previa realizar onze milhões vírgula cinco milhões de euros em vendas de bens de investimento, alertamos para o irrealismo dessa previsão.-----

--- Também neste ponto o tempo dá-nos razão. É só preciso esperar pela Prestação de Contas..., e aqui está ela... dos onze vírgula cinco milhões previstos, apenas foram cobrados zero vírgula cinco milhões de euros, ou seja, apenas cinco por cento do previsto e aqui não se pode culpar o governo). Mas esta foi a forma de ter um orçamento que permitisse a continuação de níveis de endividamento elevado, em lugar de uma política de rigor, como muitas vezes chamámos a atenção.-----

--- Em sentido contrário ao dos gastos supérfluos, as obras há muito prometidas, e que até foram alvo de calendarização, continuam a ficar naquele papel ilustrado, que também ele deve ter custado uma boa quantia aos cofres municipais – falamos do Plano Estratégico, ou melhor do “plano de Mentiras”. A palavra parece forte, mas desafio os presentes a arranjar melhor palavra que defina o que nos é apresentado nesses documentos, nomeadamente as datas de conclusão já há muito ultrapassadas e sem que as obras se tenham iniciado. Aqui é-nos apresentado um Plano Plurianual com uma taxa de execução no ano de apenas quarenta e cinco por cento e programas de arruamentos, estradas e vias de comunicação essenciais ao desenvolvimento do concelho, com uma taxa de execução de trinta e seis vírgula nove por cento. Neste programa de rede viária assistimos a quarenta e oito acções com grau de execução de zero por cento.-----

--- Mas não é só aqui que encontramos taxa de execução de zero por cento, o que dizer das escolas com taxa de execução de zero por cento?-----

--- O que dizer do saneamento básico necessidade que reputamos de essencial e que foi eleito no orçamento participativo (outra invenção que nos abtemos de qualificar) como prioridade máxima, em que muitos projectos também apresentam uma taxa de zero por cento de execução financeira. -----

--- O Governo do Partido Social Democrata atribui verbas a Santarém, numa componente do Programa Polis. Um projecto para requalificação urbana de jardins. E o que vemos? O Jardim Sá da Bandeira; O Jardim da República e a requalificação dos espaços públicos, todos com zero por cento de execução financeira.-----

--- Um “corredor verde a ligar S. Bento ao Campo Emílio Infante da Câmara com a reorganização paisagística do Jardim da Republica”, que se lia no Programa Eleitoral do Partido Socialista, deve ter sido imaginado pelo senhor Presidente da Câmara, sportinguista de gema, antecipando um cenário de vitória do seu clube, em que os sportinguistas fariam o tal corredor, talvez de mãos dadas, para conseguir um recorde inscrito no Guinness!-----

--- Promete-se aquilo que se sabe que não se vai cumprir e ainda se afirma “Fazemos Obra”!!!-----

--- Iremos votar contra esta prestação de contas, na medida em que ela é o retrato de uma gestão que em muito penaliza o nosso concelho. Não podemos concordar com uma gestão que aumenta, ano após ano, as dívidas de curto prazo, e desta forma manifestamos a nossa mais profunda discordância. No entanto, mais grave do que a dívida é a escassez de obra, de investimento, de realização de projectos para o desenvolvimento do nosso concelho. -----

--- Uma gestão que mesmo com um aumento de receita aumenta as dívidas de curto prazo e realiza zero por cento de muitos dos seus projectos, não poderá nunca obter a nossa concordância. De facto, do Plano Plurianual de Investimentos apenas foi realizado quarenta e cinco por cento. -----

--- Assim, é com as sucessivas gestões socialistas nesta autarquia que o seu passivo ascende a cerca de dez milhões de contos.-----

--- É necessária uma reestruturação financeira da Câmara, com a tomada de medidas urgentes tendentes ao seu equilíbrio. Não é possível continuar a aumentar as dívidas de curto prazo a um ritmo alucinante, sob pena de a Câmara não ter capacidade para solver no futuro os seus compromissos. Compromissos com fornecedores, associações e

instituições, que não sendo cumpridos podem até conduzir a falência de pequenas empresas, que não tenham capacidade de financiamento para suportar os atrasos cada vez maiores da Câmara, e à paralisação de muitas instituições do nosso concelho. -----

---E não é argumento aquele que assistimos por parte do Presidente da Câmara, na reunião do executivo em que foram discutidos estes documentos. Dizer que não assumiu qualquer compromisso de sanear a dívida da Câmara é o mesmo que dizer que não se comprometeu com uma parte da sua função. -----

--- Qualquer Presidente de Câmara tem a obrigação de, ao mesmo tempo que potência a qualidade de vida dos munícipes, fazendo obra, deve também ser um gestor, exigindo eficiência e cortes em gastos supérfluos. -----

--- A política do “quem vier atrás que feche a porta” tem de acabar em Santarém. O dinheiro gerido pela Autarquia é de todos os munícipes e nós todos exigimos competência e rigor na gestão do nosso dinheiro, e que tal gestão tenha como fim principal e único o incremento das condições do concelho e o seu desenvolvimento, retirando Santarém da cauda do desenvolvimento a nível nacional. -----

--- É preciso que a Câmara seja uma pessoa de bem, que honre os seus compromissos. É necessário, como temos vindo a afirmar desde o início do nosso mandato, canalizar os recursos prioritariamente para investimento, de forma a desenvolver económica e socialmente concelho em que vivemos. -----

--- É urgente um novo modelo de gestão com um maior rigor, com um maior aproveitamento dos recursos disponíveis, é isso que as populações esperem dos Órgãos Autárquicos. -----

--- Em resumo, e sobre estes documentos que se apresentam para votação, terminamos parafraseando o ex-jogador do Futebol Clube do Porto, João Pinto: -----

--- As contas do ano passado deixaram o concelho à beira do abismo. -----

--- Com as deste ano... Demos um passo em frente!”. -----

--- Usou da palavra, de seguida, o senhor **Aires Lopes** solicitando esclarecimentos em relação ao elevado número de absentismo verificado na Câmara Municipal de Santarém.

--- Solicitou, a seguir, a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** referindo que há cerca de trinta anos que os argumentos da oposição são sempre os mesmos.-----

--- Salientou que prefere apreciar estes documentos pela positiva, referindo que a Câmara é uma entidade com credibilidade que apresenta obra feita, apesar de muito ainda haver por fazer. -----

--- O senhor **Vicente Batalha** efectuou a seguinte intervenção: -----

--- “Quero expressar a minha divergência com a política de gestão da maioria socialista, que agravou neste mandato os traços mais negativos, que se vinham evidenciado do antecedente. Cito apenas dois indicadores: o endividamento do Município, com vinte cinco milhões de euros de dívidas a fornecedores, a curto prazo (preocupante e asfíxiante), e mais vinte e dois milhões de euros, a médio e longo prazo, e, por outro lado, a fraca taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que se reflecte na “obra feita” ou por fazer. -----

--- Da apregoada “falência técnica” inicial, assacada pelo senhor Presidente da Câmara à anterior gestão de maioria absoluta socialista, assistiu-se a exponencial endividamento da Autarquia e à clara desorientação estratégica. Os fornecedores, na sua maioria pequenas e médias empresas, estão com a corda na garganta, a viver dificuldades acrescidas (cinco milhões de contos a curto prazo, é obra), tal qual o movimento associativo, colectividades e associações, coarctadas na possibilidade de desenvolverem com consistência e estabilidade os seus planos de Actividade (Protocolos estão com o atraso de um ano). As Juntas de Freguesia vivem num constante sobressalto financeiro, actualmente com o último duodécimo pago em Fevereiro, para além de outros apoios e compromissos por liquidar, com muitos atrasos e demoras, grande parte deles resultantes de competências da Câmara delegadas nas Juntas. Pergunto: quanto é o montante, se há ainda dívidas às Juntas, que transitaram do anterior mandato? -----

--- Por outro lado, o PS desaproveitou o apoio da CDU (dado em nome dos altos interesses do concelho e da estabilidade governativa local), que ao votar favoravelmente o primeiro Plano de Actividades e Orçamento (eu, como sabem, não segui tal posição,

mas dela faço a leitura política e extraio ilações) e ao abster-se nos seguintes, deu o empurrão inicial e continuou a dar o “benefício da dúvida” a uma gestão, que esbanjou oportunidades e malbaratou meios e recursos. -----

--- O resultado está à vista, para lá do endividamento (que duvido que alguém conheça ao detalhe, por isso pergunto ainda: facturas em trânsito há e que montante? Fornecimentos e serviços não facturados, por causa do pagamento adiantado do IVA, há, e quanto?), os já referidos, baixo índice de execução do Plano (apesar disso, o maior do mandato, como é obvio), e da obra feita. Mais que razões para o meu voto contra.”. -----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Ricardo Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, sugerindo que o extracto da acta da reunião de Câmara respeitante à discussão das contas seja publicado na revista *Fórum Santarém*. -----

--- Usou, a seguir, da palavra o senhor **Luís Batista** Presidente da Junta de Freguesia de Romeira, realçando as obras mais significativas deste mandato, nomeadamente o Teatro Sá da Bandeira, a Escola Básica de S. Domingos, O Pavilhão Desportivo da Escola D. João I e as intervenções no Centro Histórico ao nível da sua requalificação e da rede de saneamento básico.-----

--- Salientou a evolução na poupança corrente na ordem dos cinco milhões seiscentos e sessenta e oito mil euros. -----

--- Considerou que as restrições de acesso ao crédito, impostas pelo Governo do PSD, vieram causar dificuldades de tesouraria ao Município e o conseqüente aumento da dívida a fornecedores, referindo que os empréstimos a longo prazo, no seu entender, também são uma fonte de financiamento importante.-----

--- Interveio novamente o senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, sublinhando que aquilo que o preocupa são as dívidas a curto prazo e a fornecedores. -----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Ricardo Martinho do Rosário** considerando que a Câmara para realizar tem de aumentar o seu endividamento, lamentando que ninguém, por parte da oposição, tenha ainda mencionado a poupança

relativamente às despesas correntes.-----

--- Tomou, a seguir, a palavra o senhor **Eurico Saramago** referindo que de facto nunca viu nenhuma Autarquia falir, mas já assistiu à falência de muitas empresas em virtude das dívidas provenientes das Câmaras.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** esclarecendo ser a favor do rigor na gestão das autarquias, considerando, contudo, que o endividamento bem feito é salutar.-----

--- Usou, novamente, da palavra o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, lembrando que foi o senhor Presidente da Câmara que apregoou a falência técnica da Câmara, sublinhando que a dívida actual é significativamente superior à então herdada pelo actual Executivo Camarário.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Luís Almeida** criticando que o PSD não consiga arranjar outro tipo de argumento senão o da falência técnica, lembrando que os vereadores da oposição, na Câmara, também aprovam despesas.-----

--- De seguida, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** enunciando um conjunto de obras executadas pela Câmara sem qualquer apoio por parte da Administração Central, nomeadamente a Escola de S. Domingos e o Pavilhão Desportivo da Escola D. João II.-----

--- Considerou que o ano de dois mil e quatro foi o melhor em termos de execução orçamental, quer no âmbito da receita, quer do Plano Plurianual de Investimentos.-----

--- Afirmou que certamente todos gostariam de que a situação financeira da Autarquia fosse melhor de modo a poder realizar mais investimentos.-----

--- Destacou ter havido no distrito Autarquias que, nos últimos três anos, foram objecto de apoios significativos, por parte do anterior Governo, que lhes permitiu resolver alguns problemas de ordem financeira.-----

--- Concluiu, referindo estar certo de, com o apoio do actual Governo, reunir condições para realizar mais e melhores investimentos no concelho de Santarém.-----

--- Após uma breve troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a

votação a proposta relativa ao **Relatório de Gestão e Prestação de Contas de dois mil e quatro, da Câmara Municipal de Santarém**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **reprovada por maioria**, com vinte e seis votos contra, dezoito votos a favor e duas abstenções.-----

--- O senhor **Vítor Varajão** considerou a sua intervenção como Declarações de Voto.---

--- **PONTO DEZ – DESAFECTAÇÃO DE CENTO E CINQUENTA METROS QUADRADOS DA ÁREA DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, SITA EM PEROFILHO, NA FREGUESIA DA VÁRZEA.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dois de Junho de dois mil e três, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da proposta para a **desafecção de cento e cinquenta metros quadrados da área do domínio público, para o domínio privado do Município, de uma parcela de terreno com a área de cento e cinquenta metros quadrados, que confina, de todos os lados, com espaço público, sita em Perofilho, na freguesia da várzea**, nos termos da alínea b), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- No debate interveio apenas o senhor **Eurico Saramago** solicitando breves esclarecimentos, de imediato, prestados pelo senhor **Presidente da Câmara.**-----

--- Dada a ausência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **desafecção de cento e cinquenta metros quadrados da área do domínio público, para o domínio privado do Município, sita em Perofilho, na freguesia da várzea**, nos termos da alínea b), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com

as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção.-----

--- Pelo senhor **Eurico Saramago** foi prestada a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “Congratulo-me com a desafecção em causa, todavia não posso concordar com a morosidade do agendamento da mesma”.-----

--- **PONTO ONZE – SCALABISPORT – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ACTIVIDADES DESPORTIVAS, EM – PAGAMENTO DE SENHAS DE PRESENÇA AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Abril de dois mil e cinco, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia que sejam abonadas senhas de presença aos membros do Conselho de Administração da SCALABISPORT – Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas, EM, respeitantes às respectivas reuniões, à semelhança do que ocorre na Câmara Municipal, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio apenas o senhor **Eurico Saramago** perguntando porque razão só agora esta proposta vem à Assembleia, um ano depois dos membros do respectivo Conselho de Administração estarem a exercer funções.-----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a demora foi devido a um pedido de parecer jurídico sobre a legalidade da proposta em causa. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa a **SCALABISPORT – Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas, EM – Pagamento de Senhas de Presença aos Membros do Conselho de Administração**, nos termos da alínea e), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro,

tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Não participou na discussão e votação deste assunto o senhor **Vítor Varajão** por pertencer ao respectivo Conselho de Administração da Scalabisport. -----

--- **PONTO DOZE – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE UMA SALA PARA O GINÁSIO DE MUSCULAÇÃO E CARDIO-FITNESS – NAVE DESPORTIVA MUNICIPAL**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Abril de dois mil e cinco, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da proposta relativa à **Concessão do Direito de Exploração de uma sala para o Ginásio de Musculação e Cardio-Fitness – Nave Desportiva Municipal**, nos termos da alínea q), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a ausência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Concessão do Direito de Exploração de uma sala para o Ginásio de Musculação e Cardio-Fitness – Nave Desportiva Municipal**, nos termos da alínea q), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO TREZE – PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**. -----

--- Pelo senhor **José Viegas**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, foi apresentada a seguinte Proposta: -----

--- “A Rádio Pernes completa no próximo dia primeiro de Maio, vinte e cinco anos de existência (mil novecentos e oitenta/dois mil e cinco). -----

--- Com sede na Freguesia de Pernes, onde nasceu, a Rádio Pernes, ao longo deste quarto de século, prestou destacados serviços ao concelho e à região, reconhecidos pela generalidade da opinião pública.-----

--- A pulso, com o esforço dos seus gestores, a empresa Rádio Pernes subiu, degrau a degrau, a escada do sucesso empresarial e comercial, para se transformar num fenómeno de audição, que marca o cenário da comunicação social regional. Sendo uma empresa do sector privado, não deixa de prestar uma larga faixa de “serviço público”.-----

--- Nas suas vertentes, informativa e de entretenimento, a Rádio Pernes é um elo de ligação das populações, e uma janela aberta sobre a realidade local e regional, que privilegia em primeiro lugar, sem esquecer a actualidade nacional e internacional.-----

--- Basta ouvir um passatempo na Rádio Pernes, para se ficar a conhecer a torrente de contactos telefónicos, de uma ponta a outra do distrito. E muito para além das fronteiras do próprio distrito.-----

--- Quer no âmbito da Protecção Civil, acidentes ou dificuldades rodoviárias, cheias ou fogos, quer no âmbito ambiental, concretamente, na luta pelo Alviela, a Rádio Pernes, “em cima do acontecimento” e “ entrando na casa de todos e de cada um sem bater à porta”, é o veículo privilegiado de informação das populações.-----

--- Nos estudos da especialidade, a Rádio Pernes aparece destacada na lista “da rádio mais ouvida da região”, competindo em muitos casos com os índices de audição das rádios nacionais.-----

--- Por tudo isto, e certamente muito mais haveria para destacar, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em sessão ordinária, no dia vinte e nove de Abril de dois mil e cinco, delibera:-----

--- **Um: Expressar um voto de parabéns e de congratulação pela passagem do vigésimo quinto aniversário da Rádio Pernes, saudando os seus responsáveis, funcionários e colaboradores;**-----

--- **Dois: Recomendar e propor à Câmara Municipal que considere a possibilidade de agraciar a Rádio Pernes, neste ano dos seus vinte cinco anos, bodas de prata, com**

uma distinção que materialize e reconheça os serviços prestados ao concelho.”.-----

--- Interveio o senhor **João Madeira Lopes** congratulando-se com a oportunidade da proposta apresentada.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**.----

--- Pelo senhor **Vítor Varajão** foi apresentada a seguinte Proposta:-----

--- “Propõe-se à Assembleia Municipal de Santarém, reunida a vinte e nove de Abril de dois mil e cinco, que aprove um Voto de Louvor ao Guarda Nocturno Fernando Martinho, pelos serviços prestados à comunidade Scalabitana, nas áreas da segurança e da vigilância.-----

--- Propõe-se, ainda, que na pessoa de Fernando Martinho, este Voto de Louvor seja estendido aos restantes Guardas Nocturnos, que com enorme coragem e sentido cívico, patrulham as nossas ruas, quantas vezes, pondo em risco a sua própria segurança, para que a sua missão possa ser cumprida.”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vítor Varajão** sugerindo que a proposta em apreço seja extensiva a todos os guardas nocturnos que prestam serviço na cidade.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**.----

--- Pela senhora **Rosalina Melro** foi apresentada a seguinte Proposta de Recomendação:

--- “Considerando a confusão e a falta de nexos nas atribuições de topónimos em todo o concelho de Santarém, nomeadamente nas mais recentes urbanizações, venho, na qualidade de membro da Comissão de Toponímia da Câmara Municipal e Santarém, em representação da Vereadora da CDU, propor que seja elaborado um Regulamento que permita à designada Comissão um trabalho coerente, baseado em investigação e numa participação mais alargada dos eleitos municipais da Câmara, das Juntas de Freguesia e da Assembleia Municipal.”.-----

--- Interveio a senhor **Rosalina Melro** considerando que ao existir uma Comissão de Toponímia faz todo o sentido haver um Regulamento de modo a evitar a atribuição de

nomes a ruas sem qualquer significado, como tem vindo a acontecer. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** referindo que o Partido Socialista concorda plenamente com a proposta apresentada. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Vicente Batalha** congratulando-se com a proposta apresentada, lembrando que, na devida oportunidade, a Assembleia aprovou por unanimidade a atribuição do nome de João Amaral a uma rua da cidade e que até à presente data nada se sabe sobre este processo. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta de Recomendação em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Tendo em conta a urgência deste assunto e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três, Quatro, Cinco, Seis, Sete, Oito, Nove, Dez, Onze e Doze**, tendo sido **aprovados por unanimidade**. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, no qual interveio a senhora **Fernanda Azoia** tecendo algumas questões relativamente ao Centro Histórico, querendo saber se aquando das intervenções no planalto da cidade existe algum plano relativo aos trabalhos de arqueologia a realizar. ---

--- Referiu-se à candidatura de Santarém a Património Mundial, considerando que se assistiu a um folclore de cultura nesta cidade que se esvaziou rapidamente.

--- Questionou qual o custo dos concertos dos Xutos e Pontapés e do João Pedro Pais. ---

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** referindo que os custos dos concertos serão mencionados no relatório de prestação de contas de dois mil e cinco.

--- Quanto aos trabalhos de arqueologia, esclareceu que os mesmos estão a ser acompanhados por equipas da especialidade. Contudo, quando se faz uma intervenção no

subsolo não se conhece efectivamente o que se poderá encontrar em termos de achados arqueológicos. -----

--- Depois, o senhor **Presidente da Assembleia** felicitou a senhor Fernanda Azoia pela expressão “folclore” utilizada em relação à candidatura de Santarém a Património Mundial, considerando ter sido um dos projectos mais ousados do Município nas últimas décadas, salientando que o folclore, na acepção da palavra, tem a ver com os ideais mais puros da etnografia. -----

--- A senhora **Fernanda Azoia** retomou a palavra perguntando se as equipas de arqueologia que acompanham as respectivas intervenções no Centro Histórico são da Câmara ou de empresas privadas. -----

--- Concluiu, considerando importante que os achados arqueológicos sejam dados a conhecer à população de modo a justificar os trabalhos realizados pelas equipas. -----

--- Por último, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu, prontamente, que as intervenções arqueológicas são acompanhadas pelo conjunto das equipas de arqueologia da Câmara e de empresas privadas. -----

--- Terminado este Período de Intervenção do Público, era uma hora e trinta minutos do dia seguinte, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, a redigi e subscrevi.

----- **O PRESIDENTE** -----

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO** -----

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO** -----